

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 22 – A FAMÍLIA REAL NO BRASIL - I**

Em 1806 Napoleão Bonaparte, imperador da França decretou um bloqueio continental determinando que os países fechassem seus portos para os navios da Inglaterra. Desde 1803 Inglaterra e França estavam em guerra.

Portugal, devido a longa aliança política e comercial com os ingleses não aderiu ao bloqueio, por esse motivo Napoleão invadiu Portugal em novembro de 1807.

Antes disso, Portugal fecha um acordo com os ingleses e embarca com a família real, toda a corte, ministros e empregados ao Brasil, num total de 15.700 pessoas em 28 de novembro de 1807, com móveis, documentos, dinheiro, obras de arte e a real biblioteca. Portugal recebeu de maneira pacífica os invasores para evitar derramamento de sangue.

A esquadra chega em 22 de janeiro de 1808 em Salvador, ficando por mais de um mês. Dom João VI criou a Escola de Cirurgia da Bahia, abriu os portos às nações amigas, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, a nova capital do Brasil.

D. João também abriu a Imprensa Régia, de onde surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro. Foram criadas a Academia da Marinha, a Academia Militar, o Jardim Botânico, a Real Fábrica de Pólvora, Laboratório Químico-Prático, etc. além da construção de inúmeros prédios e abertura de lojas e salões de beleza.

A Real Biblioteca de Portugal, com 60 mil volumes, foi transferida integralmente para o Rio de Janeiro, em 1810, e foi a base para a atual Biblioteca Nacional.

Para o entretenimento da corte foi fundado em 1813 o Real Teatro São João, onde atualmente se encontra o Teatro João Caetano.

Na música, o compositor português Marcos Portugal se encontrou com o Padre José Maurício Nunes Garcia, que foi um dos maiores compositores de música clássica e religiosa do Brasil.

A fim de estreitar os laços comerciais e políticos com os ingleses, Dom João assina, em 1810, o Tratado de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação com o Reino Unido, implicando também na permissão para construção de templos e cemitérios protestantes, na não instalação da inquisição no Brasil (para não perseguir os protestantes), o compromisso de proibir o tráfico de escravos, entre outras coisas.



RHM C-401 - 150 Anos da Abertura dos Portos



RHM C-2721 C-2722 - 200 Anos da Chegada da Família Real ao Brasil



RHM C-2723 - 200 Anos da Abertura dos Portos



RHM C-2374 - 190 Anos da Biblioteca Nacional



RHM C-2748 - 200 Anos da Imprensa Régia

RHM C-813 - Arte Barroca no Brasil Padre José Maurício Nunes Garcia



A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 23 – A FAMÍLIA REAL NO BRASIL - II

A grande consequência da vinda da Família Real foi ter sido a precursora da Independência do Brasil. Em 1815 com o final das guerras napoleônicas o Brasil é declarado por Dom João como Reino Unido a Portugal e Algarves. Isto aconteceu não só pela pressão exercida pelos brasileiros, mas também porque os dirigentes europeus reunidos no Congresso de Viena não reconheciam a autoridade de Dom João numa simples possessão ultramarina.

O Brasil deixa de ser colônia para adquirir o mesmo status jurídico que a metrópole, provocando descontentamento em Portugal, pois revelava que D. João pretendia se fixar no Brasil, que se tornava o centro do império português.

Em 1816, com a morte de rainha D. Maria, D. João tornou-se rei, sendo aclamado D. João VI e permanecendo no Brasil.

Quando D. João VI precisou retornar a Portugal, por causa da Revolução Liberal do Porto, o filho Dom Pedro, aproxima-se da elite agrária e fica no Brasil.

O período em que a corte ficou no Brasil trouxe avanços em todas as artes, além das citadas no capítulo anterior, mas também a criação do Jardim Botânico, da Academia Nacional de Medicina, da Academia Nacional de Belas Artes, entre outras.

Dom Pedro foi nomeado Príncipe Regente do Brasil, mas medidas vindas de Portugal tentando anular seus poderes político, administrativo, militar e judicial e forçá-lo a regressar a Portugal. As notícias repercutiram como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado.

D. Pedro foi convidado para ficar, pois sua partida representaria a volta ao sistema colonialista. O Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822 era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal.



RHM C-412 - 150 Anos do Jardim Botânico



RHM C-1095 - 150 Anos da Academia Nacional de Medicina



RHM C-1417 - 150 Anos da Morte de Dom Pedro I

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS **CAP. 24 - A MISSÃO FRANCESA**

A Missão Artística Francesa constituiu-se de artistas e artífices franceses que vieram para o Brasil no início do século XIX, revolucionando o panorama das Belas-Artes no país.

O grupo era liderado por Joachim Lebreton e foi amparado pelo governo de Dom João VI, mas seu trabalho tardou a frutificar, encontrando a resistência da tradição arte barroca aqui enraizada, além de enfrentar falta de recursos financeiros.

O grupo chegou ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816, a bordo do navio Calpe, escoltado por navios ingleses, e era formado por Joachim Lebreton, o líder, Jean Baptiste Debret, pintor histórico, Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, arquiteto, junto com seus discípulos, Auguste Marie Taunay, escultor, Charles-Simon Pradier, gravador, François Ovide, mecânico, Jean Baptiste Leve, ferreiro, Nicolas Magliori Enout, serralheiro, Pelite e Fabre, peleteiros, Louis Jean Roy e seu filho Hypolite, carpinteiros, François Bonrepos, auxiliar de escultura, e Félix Taunay, filho de Nicolas-Antoine, ainda apenas um jovem aprendiz.



Relações Diplomáticas Brasil-França
200 Anos da Missão Artística Francesa
RHM C-3583 - Joachim Lebreton
RHM C-3584 - Grandjean de Montigny
RHM C-3585 - Nicolas-Antoine Taunay
RHM C-3586 - Jean Baptiste Debret

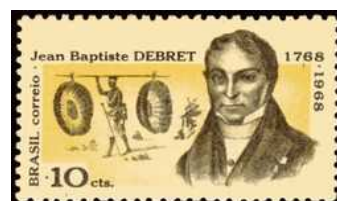
Muitos deles trouxeram suas famílias, criados e outros auxiliares. São citados ainda Sigismund Neukomm, músico, e Pierre Dillon, secretário de Lebreton. Seis meses mais tarde, uniram-se ao grupo Marc Ferrez, escultor (tio do fotógrafo Marc Ferrez) e Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas.



RHM C-552 - Sesquicentário da Missão Artística Francesa



RHM C-3627 C-3628
200 Anos da Escola de Belas Artes UFRJ



RHM C-616 - 200 Anos de Nascimento do Pintor Jean Paptiste Debret

A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DOS SELOS

CAP. 25 – A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA

A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres foi um movimento de caráter liberal e republicano iniciado no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, no Brasil. O movimento buscava a independência do Brasil sob um regime republicano.

As principais causas foram:

- Presença maciça de portugueses na liderança do governo e na administração pública;

- Criação de novos impostos por Dom João VI provocando a insatisfação da população pernambucana, já que a corte instalada no Rio de Janeiro precisava de muito dinheiro para sua manutenção;

- A grande seca de 1816 acentuou a fome e a miséria, além da queda na produção do açúcar e do algodão, produtos que eram a base da economia de Pernambuco, aliada a concorrência do algodão dos Estados Unidos e do açúcar da Jamaica;

- Influências externas com a divulgação das ideias liberais e iluministas, que estimularam as camadas populares de Pernambuco na organização do movimento de 1817;

- A crescente pressão abolicionista da Europa criando restrições gradativas ao tráfico de escravos, mão de obra que se tornava cada vez mais cara e que era o motor de toda a economia agrária pernambucana. O movimento queria a independência do Brasil sob um regime republicano.

O movimento foi liderado pelo comerciante Domingos José Martins e pelo Padre João Ribeiro, Vigário Tenório, José Luís de Mendonça, Padre Miguelinho, Padre Roma, Antônio Carlos de Andrada (irmão de José Bonifácio), José de Barros Falcão de Lacerda (que cinco anos mais tarde comandaria as tropas brasileiras na Batalha de Pirajá, principal confronto da Independência da Bahia), Cruz Cabugá, Vigário de Santo Antônio, Frei Caneca, entre outros. Havia indivíduos oriundos de várias partes do Brasil, unidos pelo ideal republicano.

Em 29 de março foi convocada uma assembleia constituinte, com representantes eleitos em todas as comarcas, sendo estabelecida a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o catolicismo foi mantido como religião oficial, mas porém com liberdade de culto, foi proclamada a liberdade de imprensa (uma grande novidade no Brasil) e foram abolidos alguns impostos. A escravidão, entretanto, foi mantida por interesses econômicos dos grandes latifundiários.

O movimento se expandiu pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e teve talvez a mais sangrenta repressão do governo português. Tropas seguiram para o nordeste pelo interior da Bahia, enquanto uma esquadra seguiu do Rio de Janeiro bloqueando o porto de Recife. Quatorze líderes do movimento, inclusive religiosos foram presos, condenados à morte pelo crime de "lesa-majestade", enforcados ou fuzilados e esquartejados.



RHM C-12 Centenário da Revolução de Pernambuco



RHM C-3705 - Bicentenário da Revolução Pernambucana

O dia 6 de março hoje é declarado como a Data Magna de Pernambuco em virtude da Revolução Pernambucana.